



COMUNICADO n.º 8 / 2011

Colegas da Inspeção Tributária,

A APIT, na sequência dos contactos que tem mantido com responsáveis governamentais, foi recebida na passada quinta-feira (dia 22 de Setembro) pelos Srs. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e Secretário de Estado da Administração Pública.

A reunião serviu essencialmente para a apresentação das linhas orientadoras de criação da futura Autoridade Tributária, em resultado da fusão da DGCI, DGAIEC e DGITA, processo que se encontra na fase de preparação e apresentação das conclusões do trabalho dos diferentes subgrupos criados para análise das várias questões relacionadas com esse processo.

Aproveitámos para lembrar, que esta oportunidade histórica não pode ser desaproveitada, e terá forçosamente de resolver os inúmeros problemas que se constituíram em graves condicionalismos a uma mais eficaz actuação dos serviços de Inspeção Tributária. Mesmo não tendo esta reunião servido para uma discussão aprofundada dos diversos problemas, foi-nos possível confirmar que os mesmos se encontram a ser analisados por esses grupos de trabalho, e que numa fase posterior (que ocorrerá a breve prazo) do referido processo de fusão, será possível às entidades representativas dos Profissionais da DGCI intervir e discutir as alterações que forçosamente irão surgir.

Tal como já é do conhecimento público, encontra-se definido o dia 26 de Outubro para a aprovação, em Conselho de Ministros, da nova lei orgânica do Ministério das Finanças. Tendo em conta que o início de actividade da futura Autoridade Tributária ocorrerá a 1 de Janeiro de 2012, o processo de definição da estrutura em que nos integraremos, terá de ser célere e desenvolvido nos próximos 2/3 meses. Perante um processo necessariamente plurianual e integrado, o ano de 2012 servirá de consolidação da integração das três entidades, e o ano de 2013 será o momento para aperfeiçoamento funcional.

O curto espaço de tempo em que a “remodelação” da Administração Pública será implementada, seguindo as orientações do Memorando de entendimento com a Troika e com base no programa PREMAC, levanta-nos diversas dúvidas no que respeita, nomeadamente, à eficiência com que se concretizarão os processos de fusão, mas também e sobretudo quanto ao respeito pelos funcionários, por exemplo, na forma como se vai operar o reforço de efectivos da Inspeção Tributária, extinção e fusão de serviços distritais e locais, e consequentes efeitos sobre os quadros de pessoal.

Tivemos oportunidade de transmitir as nossas preocupações quanto à forma como se efectivará o reforço de meios humanos deste Corpo Inspectivo (em cerca de mais 1000 elementos), tendo-nos sido transmitido que as mesmas seriam tidas em conta na definição do respectivo processo, e que o mesmo irá seguramente decorrer com respeito pelo Princípio da Igualdade e pelas regras em vigor na Administração Pública.

A confiança na Administração Fiscal não pode ser colocada em causa, mais ainda num enquadramento conjuntural como aquele que vivemos, pois esse é um activo demasiado relevante para a recuperação do país. E a credibilidade da DGCI (futura Autoridade Tributária) percebida pelos contribuintes, depende muito da forma como a mesma se comporta com os seus funcionários.

No âmbito da criação da futura Autoridade Tributária, que apenas deverá ser plena no final de 2013, algumas das discussões mais importantes e as que mais nos preocupam, ocorrerão, como já referimos, a muito breve prazo e num curto espaço de tempo. Estamos perante um momento em que a atenção de todos os Profissionais da Inspeção Tributária terá também de se dirigir para as alterações que serão propostas, de forma a podermos agir e dialogar de forma séria, ponderada e construtiva.

A nossa actuação será mantida no mesmo plano em que sempre a dirigimos, defendendo este Corpo Profissional, a sua dignidade e identidade, a sua carreira e as suas funções.

Lisboa, 24 de Setembro de 2011

Com os melhores cumprimentos,
A Direcção da APIT